

Que parentalidade?



Comunicação apresentada na ação de formação “Temas de Direito da Família e das Crianças”, realizada pelo CEJ no dia 28 de março de 2014, em Lisboa.

[Orlanda Cruz]

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Sumário e texto da intervenção



C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

O texto e a apresentação que seguem, da autoria de Orlanda Cruz, psicóloga e professora universitária, têm as seguintes ideias-força:

- Parentalidade positiva como o conjunto de acções parentais visando criar condições necessárias para o desenvolvimento das crianças, no seio e fora da família – a consideração das capacidades emocionais, sociais e de comunicação, cognitivas e de resolução de problemas e da sua autonomia – tendo como princípios a construção e manutenção de um ambiente seguro, caloroso, responsivo, de aprendizagem estimulante, estruturado, mediante consistência e clareza da organização familiar, a afirmação de limites e a utilização de uma disciplina positiva, a supervisão das acções dos filhos, quer relativamente às tarefas e actividades escolares, quer a nível social, bem como tomar conta de si como pessoa.
- As consequências da observância de cada um dos princípios, ao nível da saúde física e disponibilidade para o investimento nas diversas áreas da sua existência, da criação de relações de afecto positivas, reforço da auto-estima e do sentimento de segurança e melhor auto-regulação emocional, do treino e reforço de competências, reforço da vontade de aprender, curiosidade e motivação para a realização, da partilha de memórias com alguém significativo, da criação de sentimento de previsibilidade e promoção da autonomia, da interiorização de valores e da auto-regulação comportamental, da prevenção de comportamentos desviantes, melhor comportamento académico, maior competência social e boa integração social.
- A Recomendação nº.19/2006 do Comité de Ministros do CE, apontando aos Estados-Membros políticas de suporte à parentalidade positiva.
- Os domínios da prevenção e da remediação e os sucessivos níveis de intervenção parental: universal, selectivo, indicado e intensivo;
- O art.41º., nº.2 da LPCJP e a previsão de programas de educação parental com conteúdo e duração a definir em regulamento, ainda não publicado.
- O estudo divulgado em 2012, efectuado por cinco universidades, a solicitação da CNPCJR, sobre programas de formação parental em Portugal, abrangendo o período 2007-2010.
- A evidência internacional relativa aos programas de formação parental – eficácia na promoção das competências dos pais, diminuição dos problemas comportamentais das crianças, abandono escolar e indicadores da delinquência – e a imprescindibilidade de utilização de programas baseados na evidência

científica, da avaliação das intervenções e da adequação dos procedimentos e da formação de técnicos capazes.

Parentalidade positiva e suas consequências no desenvolvimento da criança*

Orlanda Cruz**

A parentalidade constitui uma das experiências mais gratificantes do ser humano, o que não impede que seja também considerada como “a tarefa mais desafiante e complexa da idade adulta” (Zigler, 1995, p. XI). Apesar de extremamente reforçante, ser pai ou mãe nem sempre é fácil; pelo contrário, pode haver momentos extremamente exigentes, desgastantes e frustrantes. Contudo, a maior parte dos pais consegue fazer um bom trabalho, sentir-se capaz e realizado e educar adequadamente os seus filhos, utilizando comportamentos parentais positivos.

O que se entende por comportamentos parentais positivos? São os comportamentos que têm como objectivo promover o desenvolvimento da criança e do adolescente e gerir os seus comportamentos-problema de uma forma positiva. Apesar de não existir uma única fórmula para a parentalidade positiva, é possível destacar cinco princípios educativos fundamentais na atuação dos pais face aos seus filhos:

1. Satisfação das necessidades básicas
2. Satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança
3. Organização de um ambiente familiar estruturado
4. Organização de um ambiente familiar positivo e estimulante
5. Supervisão e disciplina positiva

Abordá-los-emos de seguida, destacando as consequências positivas do seu cumprimento para as crianças e os adolescentes.

1. Satisfação das necessidades básicas

A satisfação das necessidades de alimentação, aconchego, saúde e segurança são vitais para a sobrevivência do ser humano. Constituem a condição básica para o desenvolvimento harmonioso de indivíduos fisicamente saudáveis e dotados de vitalidade. Contudo, alguns pais, por diversas razões, têm dificuldade em organizar-se no sentido de a cumprir. Organizar uma rotina de cuidados básicos, cumprir compromissos e antecipar situações de perigo para a criança revelam-se responsabilidades difíceis de realizar. Estas são as situações habitualmente identificadas como de mau trato ou negligência. Para além de colocarem em causa a integridade física das crianças (já que os adolescentes poderão ter eventualmente estratégias

* Este texto foi originalmente escrito para integrar os textos de apoio do Curso de Educação Parental, promovido pela Universidade de Coimbra (UC_D), tendo neste contexto.

** Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

de defesa mais capazes), a não satisfação das necessidades básicas transmite uma mensagem de desvalorização e desrespeito pela sua pessoa.

Em termos de vida prática, não sendo a satisfação das necessidades básicas uma condição indispensável à construção da relação de afeto do bebé com as suas figuras parentais, ela traduz-se num conjunto organizado de rotinas quotidianas e semanais que habitualmente veiculam sentimentos positivos e contribuem para o desenvolvimento de um sentimento de segurança e controlo, por parte da criança, sobre o que se passa à sua volta.

2. Satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança

A satisfação das necessidades de afeto, confiança e segurança implicam a construção de um ambiente relacional ao mesmo tempo caloroso e responsivo. Por ambiente caloroso entendemos relações marcadas pelo carinho, humor positivo, reforços positivos e elogios, adequados em função da idade da criança. Pais e mães calorosos revelam disponibilidade emocional e prazer em estar com os seus filhos. Contudo não basta ser caloroso; é necessário que as interações parentais sejam responsivas, ou seja, contingentes às ações, interesses, preferências e necessidades dos filhos. Uma atuação responsiva exige da parte dos pais um conjunto de competências interpessoais que a maior parte destes possui sem grande esforço ou treino: ser capaz de observar e interpretar as pistas apresentadas pelos filhos, empatizar com e ser sensível, e responder-lhes de forma adequada. Por exemplo, não tem sentido responder com alegria quando a criança está triste porque isso será negar a sua tristeza, ignorá-la, e não ajudar a criança a reconhecê-la, aceitá-la e lidar com ela no sentido de a ultrapassar. Mas as necessidades da criança não se restringem à dimensão emocional (tristeza, medo, etc.). Também na dimensão cognitiva, por exemplo, para aprender algo de novo ou dar resposta à curiosidade da criança, é preciso perceber não só os seus interesses, mas também as suas competências e as suas dificuldades. Às vezes há pequenos entraves à compreensão por parte da criança que só serão ultrapassados se o adulto se colocar na "pele da criança" e pensar como ela pensa.

A responsividade será, porventura, a atitude parental mais importante para a promoção do desenvolvimento de uma criança, contribuindo mais do que o elogio e a expressão emocional positiva, que nem sempre são contingentes. Porque será a responsividade tão importante? Quando um adulto é sensível aos sinais que a criança ou o adolescente apresenta, os interpreta adequadamente e lhes responde em função dessa interpretação, ele está a mostrar que:

- (1) Respeita a criança ou o adolescente na sua individualidade
- (2) Partilha com ele/a uma forma de pensar e sentir as situações

- (3) Percebe o que em cada momento pode ajudar a criança ou o adolescente a dar um passo em frente na sua trajetória desenvolvimental, percebe qual o desafio que a criança/o adolescente está a enfrentar e ajuda-a/o a ultrapassá-lo.

A teoria da vinculação explica de forma evidente como se constroem as primeiras relações de afeto e qual o seu papel no desenvolvimento da criança e do adolescente. A presença consistente e responsiva de uma figura parental no dia-a-dia do bebé vai contribuir para a construção de modelos internos de vinculação, a partir das expectativas positivas em relação a si próprio e às outras pessoas com quem interage. A criança desenvolve tanto um conceito do outro, como alguém que está habitualmente presente, satisfaz as suas necessidades e acalma os seus medos, como um conceito de si próprio, como alguém que merece ser bem tratado e acarinhado. A construção destas relações precoces de afeto com um adulto privilegiado está na origem da construção de um sentimento de confiança nos outros e de auto-valorização (autoestima). A investigação demonstrou que este sentimento de confiança é importante, não só para o bem-estar emocional da criança, mas também para o seu desenvolvimento cognitivo e intelectual (cf. Landy, 2002). De facto, o sentimento de segurança permite à criança arriscar comportamentos de exploração da novidade e do desconhecido, revelando assim maior curiosidade, envolvimento e motivação para aprender acerca do mundo que a rodeia.

3. Organização de um ambiente familiar estruturado

Um terceiro princípio básico prende-se com a consistência e clareza da organização do ambiente familiar. Esta organização traduz-se em aspetos concretos ao nível do espaço, do tempo e das regras de funcionamento.

Em termos de espaço, a casa e os objetos que nela existem devem estar organizados no sentido de permitir um funcionamento quotidiano adequado da família. Por exemplo, casas com muita mobília e pouco espaço livre não são funcionais para as crianças mais pequenas, bem como casas em que as pessoas não têm um espaço próprio para si e para os seus pertences. A organização do espaço é potenciadora da organização mental das crianças e adolescentes, e inibidora de conflitos interpessoais relacionados com a delimitação do espaço de cada um.

Em termos de tempo, a organização do ambiente familiar traduz-se na existência de rotinas temporais – diárias, semanais e mesmo anuais. As rotinas são parte inerente da vida do ser humano, permitindo organizar a ação de cada um e evitar o desgaste associado à adaptação a novas situações. As rotinas permitem articular as vivências nos diversos contextos frequentados regularmente.

Ao longo do primeiro ano de vida, a rotina diária cumpre a importante função de permitir à criança antever o que se vai passar no momento seguinte e construir a noção de sequência temporal. Ao mesmo tempo, permite à criança desenvolver um sentimento de controlo e de previsibilidade face ao que se passa à sua volta que, por sua vez, está associado a um sentimento de segurança.

As regras de funcionamento familiar traduzem também a organização do ambiente familiar. Algumas dessas regras prendem-se com as exigências colocadas às crianças, quer de carácter convencional (por exemplo, bater à porta antes de entrar), quer de carácter pró-social (por exemplo, ajudar aqueles que estão com dificuldades), quer ainda de carácter moral (por exemplo, partilhar os benefícios que ambos se esforçaram por merecer). É importante que estas regras sejam explicitadas de forma clara às crianças e aos adolescentes, algo que muitos pais consideram não ser necessário por acharem que os filhos “já sabem” ou são muito pequenos para perceber. É fundamental que as regras estejam formuladas em termos afirmativos, ou seja, aquilo que se deve fazer, e não simplesmente aquilo que não se deve fazer. Finalmente é importante que os filhos saibam que o não cumprimento das regras tem consequências, que também devem ser claramente explicitadas e consistentemente aplicadas.

A atuação disciplinar com referência às regras permite mostrar que a frustração imposta pelos pais, ao não permitir a realização do desejo da criança ou do adolescente, não é fruto de uma arbitrariedade, mas é contingente ao não cumprimento da regra (cf. Cruz, 2013, Cap. 1). Neste sentido, a organização do ambiente familiar permite evitar os conflitos interpessoais e promove a autonomia e a autorregulação dos filhos.

4. Organização de um ambiente familiar positivo e estimulante

Desde que nasce, a criança necessita de estímulos variados (e não monótonos e desinteressantes) que captem a sua atenção e lhe permitam construir conhecimento acerca do meio que a envolve, dentro e fora de casa. Para que a estimulação seja realmente eficaz a produzir efeitos positivos nas crianças, é necessário que se considerem simultaneamente os dois princípios educativos anteriormente referidos, ou seja, a estimulação deve ser aplicada de forma consistente (ou seja, num contexto organizado), e de forma positiva e responsiva (ou seja, num contexto de afeto positivo e contingente às necessidades e interesses das crianças).

A estimulação pode ser de natureza sensoriomotora, socio-emocional ou cognitivo-intelectual. Os estímulos sensoriais estimulam a exploração dos objetos, promovendo a movimentação no espaço que, por sua vez, retoma a estimulação desse espaço. A estimulação sensoriomotora assume, a partir dos 18 meses aproximadamente, um carácter crescentemente simbólico, fundamental para o desenvolvimento intelectual das crianças.

As relações interpessoais são estímulos socio-emocionais por natureza. É importante que as crianças contactem com pares e adultos que os desafiem a experienciar diferentes emoções e formas de funcionamento social. Os contextos sociais permitem à criança desenvolver a sua competência social, prossocial e emocional.

Por estímulos cognitivo-intelectuais entenda-se o confronto com situações de resolução de problemas, em que a criança deve identificar: o problema, as estratégias necessárias para o resolver, a implementação dessas estratégias e a avaliação do resultado obtido. A estimulação, seja sensorial, motora, cognitiva ou linguística, deve ser adequada, em termos de quantidade e de qualidade, ao nível de desenvolvimento da criança, e, se possível, um pouco mais exigente do que o seu nível de desenvolvimento atual.

A investigação tem demonstrado que as crianças que crescem em ambientes mais ricos do ponto de vista de estimulação tendem a apresentar resultados desenvolvimentais e de aprendizagem mais elevados (Bradley & Corwyn, 1999). Por exemplo, existe uma associação entre a frequência de leitura conjunta de livros entre pais e filhos e o desenvolvimento da literacia nas crianças.

Uma estimulação variada e interessante não é só importante pelos seus efeitos diretos no desenvolvimento intelectual das crianças e adolescentes, mas também pelos seus efeitos indiretos, de carácter afetivo-motivacional. O desenvolvimento da competência é feito de forma paralela ao desenvolvimento do *sentimento* de competência pessoal e da motivação para aprender e para a mestria.

5. Supervisão e disciplina positiva

Supervisionar implica recolher informação sobre *o que* a criança ou o adolescente faz, *onde* faz e *com quem* faz. Como não é difícil de imaginar, à medida que a criança cresce e começa a frequentar contextos extra-familiares, a supervisão parental deixa de poder ser feita diretamente. Frequentemente os pais recorrem a diversos informantes para saber como decorre o dia-a-dia dos filhos, entre os quais os próprios filhos. Há por isso alguns autores que defendem que se deve diferenciar os esforços feitos pelos pais para obter conhecimento sobre os seus filhos e sobre os contextos que frequentam, por um lado, do conhecimento efetivamente detido pelos pais, por outro lado. No caso dos filhos adolescentes, esta distinção parece ser especialmente importante, já que frequentemente aquilo que os pais efetivamente sabem pode depender mais da vontade ou da disponibilidade do adolescente para revelar informação, do que dos esforços realizados pelos pais para a obter. A investigação aponta no sentido de o nível de conhecimentos detido pelos pais estar mais fortemente associado ao ajustamento social e académico do adolescente do que os esforços feitos pelos pais (Eaton, Krueger, Johnson, McGue & Iacono, 2009).

Para efeitos de sistematização conceptual, podemos considerar que a supervisão abrange dois domínios. Pode ser uma supervisão das experiências de interação social (relações com os outros, pares ou adultos) ou uma supervisão das experiências intelectuais, de aprendizagem ou de resolução de problemas. No caso da supervisão no domínio social, consideremos, por exemplo, o conhecimento do grupo de amigos e das interações de amizade que a criança ou o adolescente mantêm. Facilmente se percebe que a supervisão neste domínio pode estar associada a níveis superiores de competência social se os pais utilizarem a informação para promoverem ajustamentos na atuação dos filhos. No caso da supervisão no domínio intelectual, o exemplo mais evidente prende-se com a procura de informação acerca da forma como os filhos vão realizando as suas aprendizagens no contexto escolar e no contexto da casa. Mais uma vez, a evidência revela que pais mais envolvidos têm filhos com desempenhos académicos superiores.

Associada à supervisão, coloca-se a questão de, uma vez tomando conhecimento que os filhos não estão a apresentar comportamentos adequados ou consistentes com as regras previamente definidas, decidir o que fazer. A atuação dos pais nestas condições assume um carácter de disciplina, a que acrescentamos o qualificativo “positiva”, para salientar o seu objetivo de promoção de comportamentos adequados e não apenas a eliminação dos comportamentos desadequados através de estratégias punitivas.

Por disciplina positiva entende-se um conjunto de estratégias comportamentais não agressivas que permitem aos pais ensinar e modelar comportamentos socialmente adequados na criança e lidar com as situações de incumprimento de regras e limites. A disciplina positiva constitui uma alternativa eficaz ao uso das estratégias coercivas e permissivas, promovendo a capacidade de autonomia e auto-regulação na criança, bem como a manutenção de um clima relacional harmonioso na família.

Finalmente, é de salientar que a supervisão, para ser eficaz, não pode ser intrusiva, sob pena de prejudicar o sentimento de autonomia que, se os outros princípios já enunciados forem cumpridos, a criança e o adolescente estarão a desenvolver.

Foram enunciados cinco princípios associados à parentalidade positiva. Alguns autores salientam ainda a importância de os pais se sentirem realizados como pessoas, nas suas relações pessoais, conjugais e profissionais, e daí a necessidade de “tomarem conta de si”. Frequentemente, pais com fragilidades conjugais apresentam dificuldades em gerir o seu papel parental. É assim importante olhar para os diversos subsistemas familiares e em particular para a forma como o subsistema parental se articula com o subsistema conjugal.

Referências

- Bradley, R. H. & Corwyn, R. (1999). Parenting. In C. Tamis-LaMonda & L. Balter (Eds), *Child psychology: A handbook of contemporary issues* (pp. 339-362). NY: Garland.
- Cruz, O. (2013). Parentalidade. Porto: LivPsic.
- Eaton, N. R., Krueger, R. F., Johnson, W., McGue, M., & Lacono, W. G. (2009). Parental monitoring, personality, and delinquency: Further support for a reconceptualization of monitoring. *Journal of Research in Personality*, 43, 49-59.
- Landy, S. (2002). *Pathways to competence. Encouraging healthy social and emotional development in young children*. Baltimore: Paul H. Brooks Publishing Co., Inc.

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Apresentação em *powerpoint*

C E N T R O
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS

Temas de Direito da Família e das Crianças
A Criança e a Família: Novos Rumos
CEJ - 28 Março 2014

QUE PARENTALIDADE?

Orlanda Cruz

U. PORTO
FPCE FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO





Parentalidade positiva

“parental behavior based on the best interests of the child that is **nurturing, empowering, non-violent** and provides **recognition** and **guidance** which involves **setting of boundaries** to enable the full development of the child”

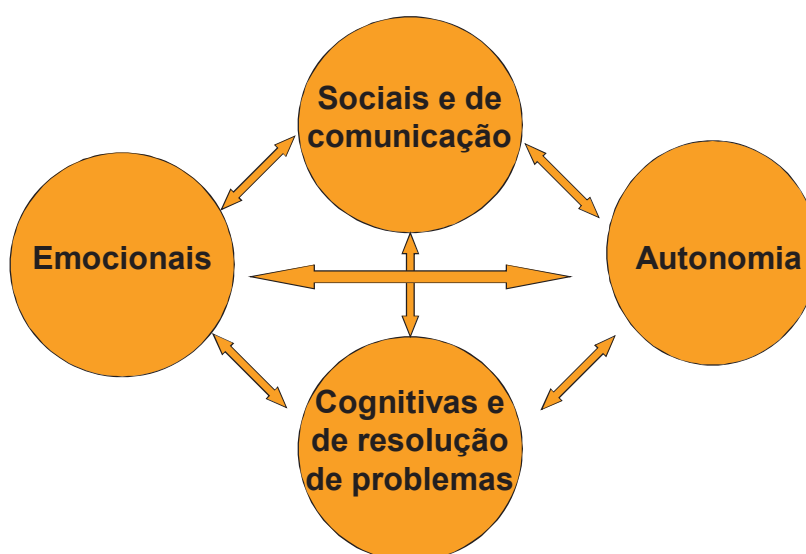
Appendix to the Recommendation
Rec(2006) 19 of the Committee of Ministers

Parentalidade positiva

Acções parentais que visam criar as condições necessárias para que as crianças possam **desenvolver** as suas **capacidades** de forma o mais completa possível, tanto dentro, como fora da família.



Capacidades em desenvolvimento na criança



Parentalidade positiva

- O que podem (ou devem) fazer os pais para ajudar as crianças a desenvolver estas capacidades sociais, emocionais, de autonomia e cognitivas?

Princípios da parentalidade positiva

1. Construir e manter um ambiente seguro
2. Construir e manter um ambiente caloroso e responsivo
3. Construir e manter um ambiente de aprendizagem positivo e estimulante
4. Construir e manter um ambiente estruturado
5. Supervisionar as acções dos filhos
6. Cuidar de si próprio como pessoa

1. Ambiente seguro

- Condição base de sobrevivência e bem-estar
 - alimentação,
 - sono,
 - higiene,
 - saúde,
 - abrigo
 - etc
- Pressupõe supervisão e antecipação de situações de risco
- Para além de evitar acidentes, torna desnecessário que os pais estejam permanentemente a assumir atitudes de restrição ou oposição à vontade da criança

1. Ambiente seguro

Consequências para criança/jovem?

- Crianças/jovens fisicamente saudáveis (dotados de vitalidade) disponíveis para investir nas várias áreas da sua existência:
 - Social (amigos)
 - Aprendizagem (escola)
 - Actividade física (desporto e lazer)



2. Ambiente caloroso e responsivo

- Passar tempo de qualidade
- Mostrar afecto, aceitação, respeito
- Elogiar, reconhecer o bom comportamento
- Dar atenção, ouvir
- Ser responsivo (sensível a interesses e necessidades)
- Ter expectativas realistas em função da idade da criança(entre outros aspectos)
- Fazer das emoções e das relações tema de conversa

2. Ambiente caloroso e responsivo

Consequências para criança/jovem?

- Criação de relações de afecto positivas, geradoras de um sentimento de confiança em si próprio e nos outros
- Reforço da auto-estima e do sentimento de valor pessoal
- Promoção do sentimento de segurança necessário para se envolver na exploração do mundo envolvente
- Melhor auto-regulação emocional

3. Ambiente de aprendizagem positivo e estimulante

- Organização de oportunidades para aprender:
 - Materiais e espaços
 - Visitas e passeios
- Estar atento e tirar proveito de situações quotidianas estimulantes
- Estar disponível para responder às iniciativas da criança (perguntas, dúvidas, pedidos de opinião ou simplesmente quando mostra algo que fez à espera do elogio)
- Em vez de fazer pela criança, dar-lhe as pistas para que ela faça sozinha (com apoio)

3. Ambiente de aprendizagem positivo e estimulante Consequências para criança/jovem?

- Treino e reforço de competências nos vários domínios
- Percepção de si próprio como competente (auto-conceito positivo)
- Reforço da vontade de aprender, curiosidade e motivação para a realização
- Partilha de memórias com alguém significativo

4. Ambiente estruturado

- Consistência e clareza da organização familiar:
 - Regras familiares
 - Valores
 - Ambiente físico
 - Tarefas familiares
 - Rotinas diárias – consistência e regularidade
- Saber afirmar os limites e utilizar uma disciplina positiva

Disciplina positiva

- Emocionalmente o mais neutra possível, racional
- Não coerciva, mantendo o “canal” de comunicação em aberto
- Afirmação de limites quando as regras não são cumpridas
 - Ser firme e assertivo, seguro
 - Consistente – não variar em função do dia, ou consoante a disposição dos pais
 - Conciliar a afirmação de limites com a manutenção do afecto e da comunicação
 - Respeitar a identidade e a autonomia do jovem.

4. Ambiente estruturado/Disciplina positiva Consequências para criança/jovem?

- Sentimento de previsibilidade –
 - gera segurança
 - evita conflitos interpessoais
- Promove a autonomia comportamental
- Promove a interiorização de valores
- Promove a auto-regulação comportamental

5. Supervisão das acções dos filhos

- A nível das tarefas e actividades escolares
- A nível social (relação com amigos ou professores)
- Mesmo à distância, saber onde está, com quem está e o que faz o jovem
 - Estimular o jovem a colaborar com a atitude de supervisão dos pais
 - Cuidado com situações de intrusão!

5. Supervisão das acções dos filhos Consequências para criança/jovem?

- Salvaguarda da integridade física
- Prevenção de comportamentos desviantes
- Melhor rendimento académico
- Maior competência social
- Promoção auto-regulação

6. Tomar conta de si como pessoa

- Sistema conjugal
- Realização pessoal e profissional
- Integração na comunidade
- Lidar com o stress, sentir-se bem para estar disponível para os filhos

6. Tomar conta de si como pessoa Consequências para criança/jovem?

- Usufruir de um ambiente caloroso e positivo com regras consistentes entre as figuras parentais
- Usufruir de modelos de género e de modelos profissionais
- Boa integração social

Como podemos ajudar os pais a desempenharem uma parentalidade positiva?

Recommendation Rec(2006)19 of the Committee of Ministers (Council of Europe) to member states on policy to support positive parenting

- acknowledge the essential nature of families and of the parental role and create the **necessary conditions for positive parenting** in the best interests of the child;
- take all appropriate legislative, administrative, financial and other measures adhering to the principles set out in the appendix to this recommendation.
- (...)
- Governments should take a pro-active approach to promoting awareness of parenting issues and to normalising participation in **parenting programmes**

Níveis da intervenção parental



Lei 147/99 - Lei de Protecção de crianças e jovens em perigo

Artigo 41.º

Educação parental

1 - Quando sejam aplicadas as medidas previstas nos artigos 39.º e 40.º, os pais ou os familiares a quem a criança ou o jovem sejam entregues podem beneficiar de um programa de formação visando o melhor exercício das funções parentais.

2 - O conteúdo e a duração dos programas de educação parental são objecto de [regulamento](#)

Pedido inicial (2007): Regulamentação

- Como regulamentar aquilo que não se conhece?
 - O que é Educação Parental?
 - O que é um programa de Educação Parental?
 - O que existe em Portugal?
 - Qual a eficácia dos programas de Educação Parental?
 - Existem boas práticas na Educação Parental?
- Pedido de apoio aos investigadores (afiliados em 5 instituições de ensino superior) por:
 - Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco
 - Instituto da Segurança Social (financiamento)

CARACTERIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Programas e Intervenções - 30 Edições implementadas – 68

- Programas internacionais estandardizados (4; 11 edições; n=122)
- Programas nacionais estandardizados (4; 33 edições; n=270)
- Intervenções estruturadas (16; 16 edições; n=196)
- Intervenções flexíveis (6; 8 edições; n=72)

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Participantes adultos – 609 (84.4% ♀ + 15.6% ♂)

➤ Idade

- Mães (81.2%): M= 34.4; DP=7.4 (15-54)
- Pais (13.8%): M= 38.6; DP=9.6 (17-69)
- Avós (2.9%): M=58; DP=7.5 (43-71)

➤ Nível de escolaridade (%)

- 42.1 - 4 anos ou menos
- 31.9 - 5-6 anos
- 17.2 - 7-9 anos
- 8.9 – mais de 9 anos

➤ Profissão (%)

- 56.5 - Desempregado
- 39.9 - Empregado
- 4.6 - Doméstica, Reformado, pensionista, outro

➤ Profissão do companheiro/a (%)

- 33.3- Desempregado
- 59.7- Empregado
- 7.0 - Reformado, pensionista, outro

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

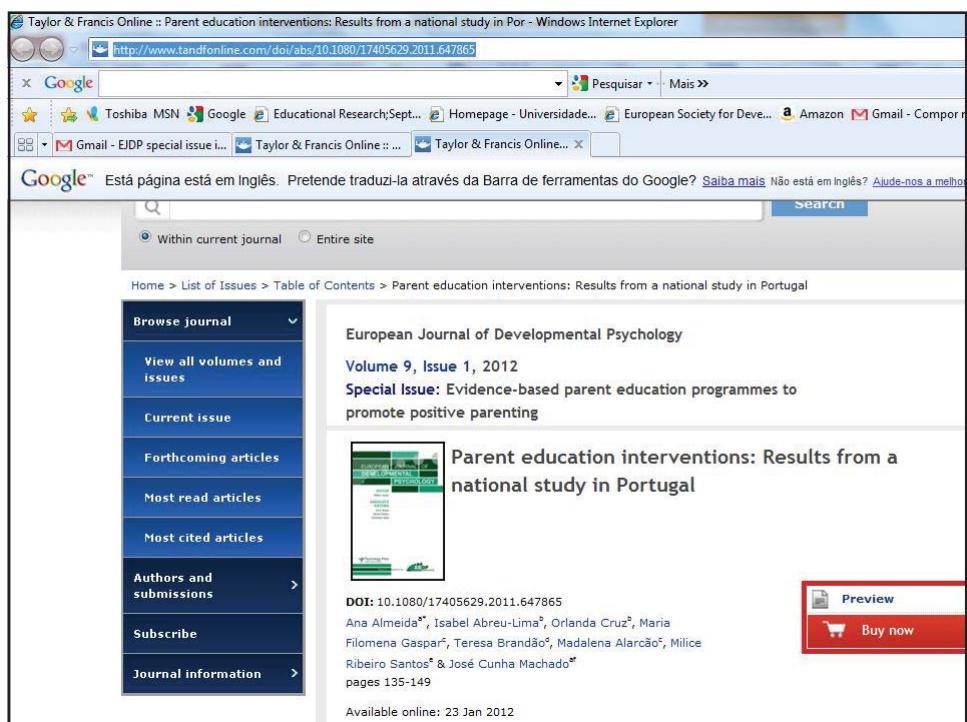
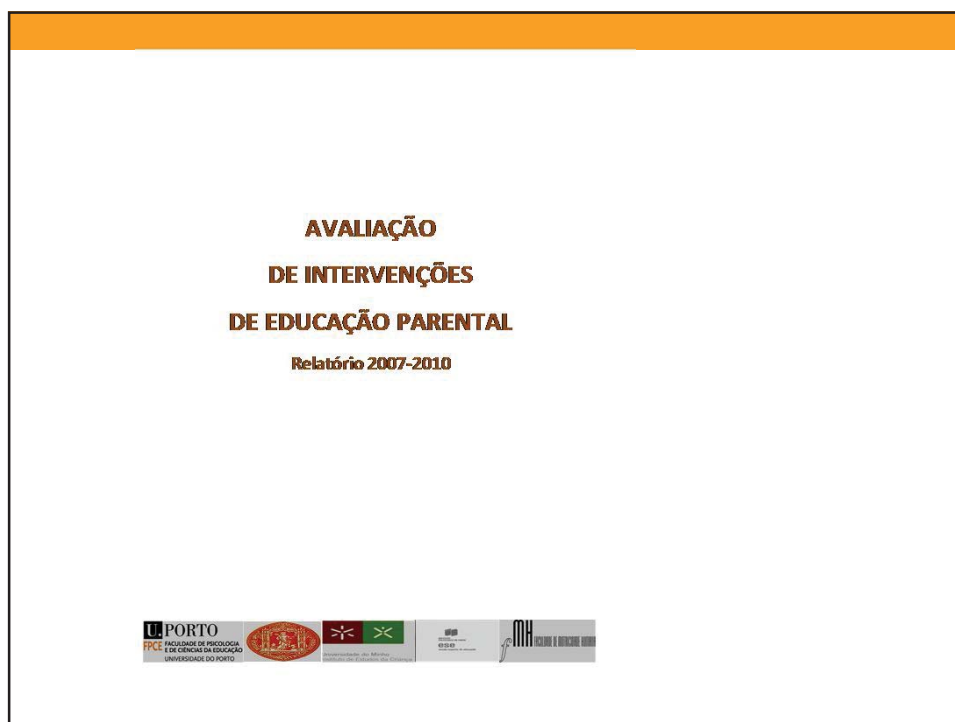
Famílias

Área de residência (%)	Urbano 55.1	Rural 44.9
Estrutura (%)	Monoparental 32.6	Biparental 67.4
Número de filhos (%)	Até 2 crianças 55.4	3 a 9 crianças 43.9

CARACTERIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Programas e Intervenções - 30

	Internac. M (DP) Min-Max	Nac.Estand M (DP) Min-Max	Estruturados M (DP) Min-Max	Flexíveis M (DP) Min-Max
Nºparticipantes/ grupo	9.6 (3.0) 5-16	8.4 (2.4) 5-16	9.3 (5.0) 2-20	9.0 (3.55) 2-13
Nº sessões	14 (2.4) 13-21	13.5 (3.0) 12-21	14.2 (5.4) 5-28	17.3 (10.8) 7-38



Regulamentação da medida de Educação Parental

- ???

O que nos diz a evidência (internacional)?

- Os programas de educação parental são eficazes a:
 - Promover as competências dos pais
 - Diminuir os problemas de comportamento das crianças
 - Diminuir o abandono escolar
 - Diminuir os indicadores de delinquência
- É fundamental utilizar programas baseados na evidência científica, cuja eficácia tem sido demonstrada, mesmo em contextos sociais algo distintos do nosso
- É fundamental avaliar as intervenções (antes e após para perceber a mudança) e adequar os procedimentos.
- É fundamental formar técnicos capazes de implementar programas de educação (e não estar permanentemente a desenhar novos programas)



*The soul of a nation is defined by
the treatment of its children*

Nelson Mandela

Obrigada pela atenção!

Para aceder à videogravação da comunicação, clique no ícone

